

ÉTICA, EDUCAÇÃO E CIDADANIA

* Helena Caldeira Teixeira Santos

** Vânia Maria Bemfica Guimarães Pinto Coelho

Resumo

O governo, ao reafirmar a urgência da construção de uma escola inclusiva, cidadã, solidária e de qualidade social para todas as crianças, adolescentes e jovens brasileiros, assume, cada vez mais, o compromisso com a implementação de políticas indutoras de transformações significativas na estrutura da escola, na reorganização dos tempos e dos espaços escolares, nas formas de ensinar, aprender, avaliar, organizar e desenvolver o currículo, e trabalhar com o conhecimento, respeitando singularidades do desenvolvimento humano, a ética e a moral.

Palavras- chave: ética; educação; cidadania

1. Desenvolvimento

Para o exórdio dessa visão, gostaria de citar os vitrais das catedrais, que são presentes desde a Id. Média até hoje em dia, em Chartre, em Paris, ou até mesmo aqui na nossa região, como em Boa Esperança, Elói Mendes, Lavras...

Eles são formados por uma estrutura metálica e os vidros, compostos pela fusão da areia, cinzas e elementos químicos que dão o colorido.

Estes podem ser comparados ao tripé que forma a soberania e integridade de uma pessoa - ética, educação e cidadania.

Supondo que a ética seja a areia, que quando visualizadas são pequenos grãos brilhantes, e a ética, pequenos gestos do comportamento humano; as cinzas, utilizadas para germinar a terra, é a cidadania, que fecunda a alma da pessoa; e os elementos químicos, a educação, imprescindíveis.

A palavra ética, muito em voga no momento, é por sua etimologia grega, *ethikos*, que quer dizer hábitos e costumes, ou seja, a maneira de se comportar.

Toda essa herança cultural e comportamental é adquirida pela educação, seja ela escolar, familiar ou em qualquer relação estabelecida.

* Acadêmica do Curso de Direito da Faculdade de Direito de Varginha.

**Professora titular da cadeira de Direito Processual Penal da Faculdade de Direito de Varginha.

A educação é uma condução, um caminho, e envolve o ser humano em toda a sua amplitude, suas mais variadas dimensões: social, cultural, física, sexual, familiar, religiosa, política, da saúde à artística...e trabalhando todos estes aspectos haverá a formação de seres humanos dignos, íntegros, éticos, capazes de exercer sua cidadania.

Para a legitimidade e a efetividade de uma política educacional, são necessárias ações formativas da opinião pública, condições pedagógicas, administrativas, financeiras, materiais e de recursos humanos, bem como acompanhamento e avaliação em todos os níveis da gestão educacional.

A educação enquanto ambiente escolar, não é vista hoje em dia, como um mero local de transmissão de conhecimento e conteúdo, é uma extensão do lar

A escola hoje é o veículo para uma sociedade mais democrática, com uma educação voltada para a vida. Ela desempenha um papel em busca do progresso integral e harmonioso da pessoa.

Desempenha um papel social e formador de opiniões, de espírito crítico, de personalidade, de indivíduos que possam atuar na sociedade.

No que se refere aos desafios das relações contemporâneas entre adultos e crianças, Sarmiento alerta para os efeitos da “convergência de três mudanças centrais: a globalização social, a crise educacional e as mutações no mundo do trabalho” (2001, p.16). Trata-se de um paradoxo duplo: os adultos permanecem cada vez mais tempo em casa graças à mudança nas formas de organização do trabalho e ao desemprego crescente, enquanto as crianças saem mais de casa, sobretudo por conta da sua permanência nas instituições. “Há, deste modo, como que uma troca de posições entre gerações. Este é um dos mais significativos efeitos gerados pelas mutações no mundo do trabalho” (Sarmiento, 2001, p.21). Além disso, a sociabilidade se transforma e as relações entre adultos e crianças tomam rumos desconcertantes. O discurso da criança como sujeito de direito e da infância como construção social é deturpado: nas classes médias, esse discurso reforça a idéia de que a vontade da criança deve ser atendida a qualquer custo, especialmente para consumir; nas classes populares, crianças assumem responsabilidades muito além do que podem. Em ambas, as crianças são expostas à mídia, à violência e à exploração.

O grande desafio da educação é atrair as crianças, os jovens, que se sentem fascinados pela magia/fantasia da TV, dos jogos, pelo prazer momentâneo das drogas – e não pela lousa, giz e caderno.

É a criatividade e comprometimento dos profissionais da educação que fundamentam a vida desses alunos que muitas vezes não têm uma estrutura familiar, a condição de vida é precária, não recebem carinho, afeto e não têm recursos.

Como já diria o Papa João Paulo II, a educação deve propor valores fundamentais para que todos se tornem responsáveis por si próprios e para que assumam a sua parte na edificação social e ética e consolidação da cidadania.

A cidadania é o ápice do ser humano; é o exercício supremo de seus direitos e suas obrigações, é cumprir com suas responsabilidades tributárias; é contribuir para a sociedade, meio ambiente, cultura; é respeitar e exigir respeito do próximo, como seu igual, independente de credo, cor, atividade, etnia, classe social; é votar com consciência; ter saneamento básico, alimentação, ensino, enfim como já colocado exercer direitos e deveres.

Para perorar, devemos sim debater, o que não significa apenas a palavra mas o espírito de luta, um ir além, agitar uma questão, mas levar-nos a movimentar, nos incluir.

No Brasil, temos hoje importantes documentos legais, a Constituição de 1988, a primeira que reconhece a educação infantil como direito das crianças de 0 a 6 anos de idade, dever de Estado e opção da família; o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8069/90), que afirma os direitos das crianças e as protege; e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 1996, que reconhece a educação infantil como a primeira etapa da educação básica. Todos esses documentos são conquistas dos movimentos sociais, movimentos de creches, movimentos dos fóruns permanentes de educação infantil.

Sair da perplexidade para a força da ação como coloca Emerson Kapaz.

E isto se percebe na observação dos vitrais, que se vistos de fora para dentro é escuro, não se vê o desenho, e já de dentro da catedral, com a iluminação, se percebe a beleza e grandiosidade das imagens.

Portanto, devemos estar dentro, engajados no tripé da ética, educação, cidadania.

Se quisermos que algo melhor aconteça é preciso nos incluir e agir.

2. Referências bibliográficas

Lei nº 8069/90- Estatuto da Criança e do Adolescente

Lei nº 9394/96- Lei de Diretrizes e Bases

Constituição Federal de 1988

SARMENTO, M.J. A **globalização e a infância: impactos na condição social e na escolaridade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001, p.13-21.

Ministério da Educação; Secretaria de Educação Básica. Ensino **Fundamental de nove anos- Orientações para inclusão da criança de seis anos**. 2ª ed. Brasília. 2007.